

FAMÍLIA MINEIRA NO FINAL DO SÉCULO XX: ESTRUTURAÇÃO AINDA EM PROCESSO⁺

Helenice Carvalho Cruz da Silva*
Maurício Antônio de Castro Lima**
Maria do Carmo Fonseca***
Maria do Carmo Salazar Martins*

Palavras-chave: família, arranjos familiares

RESUMO:

A família é tema de interesse e conhecimento manifesto nos níveis individuais e coletivos nas esferas pública e privada. Na modernidade (e pós-modernidade), as mudanças dos padrões demográficos e seus impactos sobre a estrutura da população brasileira configuram um ambiente propício para o estudo das mudanças formais e estruturais da família através dos tempos. A família brasileira se inscreve, hoje mais do que nunca, como um fenômeno social que se contextualiza em meio de conflitos modernistas e pós-modernista resultantes do imbricamento dos processos econômico e cultural, quando a democratização das relações individuais torna-se, agora sim, um processo concreto. É neste contexto de idéias, nos propomos estudar as mudanças na estrutura/organização da família mineira no último quartel do século XX, buscando sua explicação teórica nas mudanças da sociedade capitaneadas pelos processos de modernização e racionalização.

Estes processos viabilizam um indivíduo, agora sujeito e agente, transformado e transformador nas/das relações e inter-relações sociais internas e externas à esfera familiar. É no seio desta transformação do indivíduo que novos modelos (arranjos) familiares se apresentam e é no seu estudo que concentra nosso objetivo neste trabalho. Nosso objeto de análise são as possibilidades de arranjos familiares na região metropolitana de Belo Horizonte, a partir dos chefes de família – homens e mulheres – e de sua relação com os demais membros do grupo familiar. Utilizamos para tanto, dados indiretos (PNAD's) localizados temporalmente nos anos de 1978, 1984 e 1995, priorizando, entre outras variáveis econômicas/culturais, a estruturação/organização do arranjo enquanto resultado das relações sociais de gênero.

⁺ Trabalho apresentado no XI Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina, MG, 24 a 27 de agosto de 2004

* CEDEPLAR/UFMG

** Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, MG

*** Consultora ad hoc

1. INTRODUÇÃO

Modelos de Família: “correndo atrás do prejuízo”

O estudo da família abrange pontos de vista acadêmicos diversos e o debate interdisciplinar que suscita, mostra quão grande é a gama de abordagens possíveis para a compreensão deste fenômeno cultural, social, econômico e político. Dentre aquelas que tratam do tema nas Ciências Sociais, a que contextualiza os propósitos desse trabalho considera a família como uma representação social, onde os diversos grupos e sociedades constroem relações de aliança além das de consangüinidade, expressando uma maneira de viver a vida que transborda as delimitações aceitas formalmente como as fronteiras do grupo. Ou seja, família é fruto e resultado de uma construção social, é uma realidade construída a partir da relação bi-unívoca entre indivíduos e sociedade.

As normas e os padrões de comportamento das relações sociais resultam e se constroem nesta relação indivíduo/sociedade. A inserção do indivíduo dentro do grupo familiar, assim como a inserção do grupo familiar dentro da sociedade, devem obedecer estas normas e padrões. Por outro lado, como os indivíduos são os agentes que constroem e formam a sociedade e a família, as mudanças na estruturação/organização das famílias refletem as mudanças na estrutura/organização da sociedade.

A sociedade não é estática; ela está, e permanece sempre, em processo contínuo de mudança. Esse processo é reconhecido e estudado academicamente sob o título de “a questão da modernidade na sociedade contemporânea”. Segue, então, a necessidade de se contextualizar nosso entendimento por modernidade. Ora, conceituar modernidade a partir do significado de rupturas contínuas da ordem social vigente é optar pela simplicidade não afeita à complexidade das formações sociais, palco dessas rupturas. Modernidade enquanto conceito merece a devida profundidade e, neste sentido, vários autores depuseram seus esforços: Norbert Elias (1994) estabelece modernidade como contemporaneidade, e resulta de dois processos complementares, interdependentes e não dicotômicos de racionalização e psicologização. Anthony Giddens (1989) propõe a teoria da modernização reflexiva, ou seja, a modernização que se relaciona diretamente com a capacidade de reflexão dos indivíduos - agentes (sujeitos) - sobre as condições sociais de sua existência. Para este autor, a reflexão precede as mudanças.

Outra contextualização interessante de modernidade foi elaborada por Touraine (1997). Para ele, o mundo atual aceita e acolhe a idéia de modernidade: quase todas as sociedades são penetradas por novas formas de produção, de consumo e de comunicação. Modernidade não está identificada com o espírito de livre iniciativa, não está identificada com um modo particular de

modernização: o modelo capitalista que se define por uma extrema autonomia da ação econômica. A instalação do mercado é uma condição necessária, mas não suficiente para a modernização que é um procedimento positivo de ruptura com o passado.

Segundo Touraine, não existe modernidade sem racionalização, mas tam'bem não existe modernidade sem a formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade. A modernidade segundo Weber desencanta o mundo, mas esse desencantamento não se pode reduzir ao triunfo da razão. Para Touraine o desencantamento é antes a explosão da correspondência entre um sujeito divino e uma ordem natural, e, portanto, a separação entre a ordem do conhecimento objetivo e a ordem do sujeito¹

A família como parte integrante da sociedade em transformação (nível macro) também deve passar por processo de transformação análogo (nível micro), e as mudanças, nos dois níveis, viabiliza o surgimento de novos modelos (arranjos) de família, distintos dos propalados modelos tradicionais. Teoricamente falando, o surgimento de alguns tipos incompletos de famílias, bastante diverso do modelo ideal nuclear, é abordado no nível de um processo de desinstitucionalização das normas sociais.

Mas, podemos aceitar que os modelos familiares não nucleares são nada mais do que o resultado da propalada crise institucional da família? Lembremo-nos de que as interpretações/explicações sobre as mudanças na organização da família, elaboradas a partir do modelo nuclear burguês, se localizavam na estruturação/organização da família e, por isso, quanto mais esta se afastava do tipo ideal, mais vigente se tornava o tratamento teórico com base na desestruturação/incompletude da família.

Na realidade, o foco dessas interpretações fixava-se na estrutura e não na qualidade das inter-relações. Certamente, no mínimo, estas interpretações são inadequadas para o estudo dos novos arranjos familiares constituídos contemporaneamente.

Assim, diante da realidade da família moderna enquanto construção social, não é mais possível que ainda se utilize analiticamente a família nuclear como modelo ideal das formações familiares (Durham, 1983). Aliás, adotando uma postura bem moderna, ou para lá de moderna, que tal apresentar os novos modelos familiares como resultados contextuais da inovação que busca legitimar a pluralidade e flexibilidade adstrita à sociedade pós-moderna?

Na verdade, as formações familiares antes tratadas como excrescências do “padrão normal” foram vulgarizadas. Formações chefiadas e sustentadas por mulheres solteiras que criavam seus filhos de paternidades diferentes, ou formações organizadas por indivíduos sem

¹ Sujeito para Touraine é, antes de tudo, a criação de um mundo regido por leis racionais e inteligíveis para o pensamento do homem. A formação do homem como sujeito foi identificada com a aprendizagem do pensamento racional e a capacidade de resistir às pressões do hábito e do desejo, para submeter-se somente ao governo da razão.

laços de consangüinidade, eram tratadas analiticamente, até o início dos anos 80, como estratégias de sobrevivência características das populações urbanas pobres. Atualmente, esse tipo de formação familiar é observado nas denominadas classes média e rica brasileiras, indicando que as mudanças nos padrões sociais normativos foram absorvidas e, de certa forma, pela sociedade como um todo, e nada mais representativo dessa internalização de comportamento no nível do grupo familiar do que as modificações operadas no Código Civil Brasileiro.

Portanto, nos dias atuais, há que se aceitar que família, enquanto modelo, não se molda às normas, mas a um construto histórico. Ou seja, a família não se estrutura/organiza aistoricamente enquanto valores, crenças e normas, mas muda tanto quanto estes, se permitindo a múltiplas interpretações no nível particular das inter-relações sociais. Isto quer dizer que cada família partilha, no nível individual e coletivo, uma subjetividade e uma intersubjetividade, perfilando um universo pessoal e interpessoal de significados.

Portanto, não importa tanto a forma de como as pessoas vivem juntas, mas sim que, uma vez estando juntas, elas estabelecem um “agrupamento familiar”. Entretanto, é preciso que se releve que alguns valores associados à família ideal como grupo de solidariedade e sustentação econômica, local de afetividade e sexualidade, de reprodução enquanto produção de herdeiros, ainda é perseguido pelas pessoas. A mudança mais clara e explícita diz respeito à forma de constituição do grupamento - uniões legais ou não, estáveis ou não - e a condição dos membros, agora necessariamente parceiros na objetividade da vida, na subjetividade/intersubjetividade das relações sociais (identidade).

Assim, as ações individuais carregam os significados crivados dos códigos pessoais e culturais. Se assim é, lidar com o tema família é também lidar com temas caros à Sociologia como poder simbólico, identidade, sujeito e ator social. Tomar esta direção teórica implica, necessariamente, também discutir as questões associadas ao individualismo e à racionalidade. Decididos por esta direção, dois pontos de elucidação teórica se fazem necessários e presentes: modernidade e agência.

2. ELUCIDAÇÕES TEÓRICAS

A tendência fundamental da teoria sociológica contemporânea é a superação dos dilemas centrais herdados da teoria sociológica tradicional: um novo tipo de aproveitamento dos clássicos, o avanço e termos de procedimentos analíticos, a grande diversificação temática, o consenso em relação a conceitos e procedimentos. Isto se reflete na ênfase do caráter ativo e

reflexivo da conduta humana e rejeição ao estruturalismo, na atribuição de um papel fundamental à linguagem e a cognição.

Os objetos fundamentais da teoria sociológica contemporânea são: a natureza da ação humana e do self; o conceito da interação social, das instituições. Entretanto, no estudo destes objetos, a sociologia se debate com os problemas de elaboração dos conceitos da natureza da agência humana e das formas constitutivas da estrutura, além da preocupação com a apreensão das compreensões da teoria.

Dois idéias weberianas perpassam quase todos os enfoques sociológicos contemporâneos: a idéia de que *o sujeito que conhece constrói o objeto* e a idéia de que *são os agentes que constroem a sociedade, a estrutura*. O ponto central da teoria sociológica a partir dos anos 1980 é a construção de um conceito de agente. O agente contemporâneo é um indivíduo autônomo, mas portador de posições e condições estruturais, sempre socialmente identificado.

Dentre os vários enfoques que lidam com a temática da agência, trabalharemos aqui com a corrente de pensamento que privilegia o poder simbólico e a identidade. Tomaremos como base as idéias desenvolvidas nas obras de Pierre Bourdieu, Anthony Giddens e Norbert Elias e as contextualizaremos em contraposição.

Estes autores se inserem na vertente sociológica que lida com uma nova definição do agente, no sentido do estabelecimento de noções essenciais na transformação da compreensão da agência humana: a noção de habitus de Bourdieu (1997), a noção de estrutura dual de Giddens (1989), a noção de sociedade dos indivíduos de Elias (1994). O agente, nesta corrente, é um indivíduo portador de condições estruturais (condições estas submetidas aos processos de modernização e racionalização que caracterizam a contemporaneidade), sempre socialmente identificado, subtendendo-se o agente como ser/entidade e como conceito socialmente produzido: *o agente é resultado de processos histórico*.

Bourdieu e Giddens direcionam suas preocupações teóricas no sentido do rompimento das dualidades da teoria sociológica tradicional: indivíduo/sociedade, individual/coletivo, objetivo/subjetivo e ação/estrutura. O ponto de partida de Bourdieu para estabelecer seu conceito de *habitus*, é a noção freudiana de “self” que já está situado em uma matriz de práticas estabelecidas. *Habitus* para Bourdieu diz respeito a como um ator social está envolvido na produção ou construção de estruturas sociais.

Embora se coloque como um opositor ferrenho das dualidades da teoria sociológica tradicional, uma dualidade de estruturas permanece em Bourdieu, na medida que as estruturas são não apenas o resultado, mas o meio reflexivo da ação. Mas, esta reflexividade não está, diferentemente de Giddens, nas regras institucionais ou em outras estruturais. Em vez disso, a

reflexividade está nas “categorias impensadas”, que não são tão prontamente acessíveis a nós quanto as estruturas sociais. Bourdieu deseja compreender o relacionamento entre o “eu” consciente e as categorias impensadas - não como uma relação controladora sujeito-objeto (Giddens) nem como uma relação causal sujeito-objeto (Freud), em que a causa é mantida em segredo em relação ao efeito. O que ele quer é um relacionamento hermenêutico, em que as categorias impensadas não são causas, mas devem ser hermeneuticamente interpretadas.

Segundo Lash (1997), Bourdieu faz uma sociologia das nossas categorias impensadas, embora corporalmente inscritas. É uma sociologia das bases ontológicas - em categorias de hábitos - da ação consciente. Entretanto, segundo Sewell (1992), a “teoria da prática” de Bourdieu é totalmente compatível com a concepção de dualidade de estrutura de Giddens, na medida que Bourdieu reconhece a reprodução mútua de esquemas e recursos que constitui temporalmente estruturas duráveis - o *habitus*. Bourdieu fala de *habitus*, e segundo ainda Lash, isto está mais próximo de “esquemas” classificatórios do que de categorias classificatórias. Os “esquemas” são mais maleáveis do que as categorias, menos rígidos. Os esquemas são mais imediatos do que as categorias menos mediadas.

São, por natureza, difíceis de distinguir dos casos e práticas particulares que os agentes supostamente subsumem. O *habitus* está muito distante da “ação”. A teoria da ação bourdiesiana fala a linguagem do “ato unitário”; o *habitus*, a linguagem das atividades contínuas. Esta teoria pressupõe, pelo menos implicitamente, um ator desincorporado, minimizador do custo e maximizador do benefício, e com preferências determinadas. O *habitus* só existe enquanto situado em seu “mundo”. A teoria da ação é frequentemente “construtivista”, em que a ação é a força motriz que está por trás da estrutura, como, por exemplo, em “redes de atores”. O *habitus*, ao contrário, sugere um certo “arremessar-se” em uma rede de práticas e significados já existentes.

Bourdieu, com a noção de *habitus*, enfatiza a dimensão de um aprendizado passado - pois o *habitus* é o *modus operandi*, uma disposição estável para se operar numa certa direção; o *habitus* tende a conformar e a orientar a ação, mas na medida em que é produto das relações sociais, ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendraram.

A teoria da ação - ou teoria da prática e filosofia da ação - que Bourdieu propõe, com a noção de *habitus*, difere da teoria da escolha racional; ela implica em dizer que a maior parte das ações humanas tem por base algo diferente da intenção, isto é, disposições adquiridas que fazem com que a ação possa e deva ser interpretada como orientada em direção a tal ou qual fim, sem que se possa, entretanto, dizer que ela tenha por princípio a busca consciente desse objetivo.

Outra idéia importante desenvolvida por Bourdieu para tratar da racionalidade do agente diz respeito ao interesse. Segundo este autor, a sociologia postula que há uma razão para os agentes fazerem o que fazem, razão que se deve descobrir para transformar uma série de condutas aparentemente incoerentes, arbitrárias, em uma série coerente, em algo que se possa compreender a partir de um princípio único ou de um conjunto coerente de princípios. Nesse sentido, a sociologia postula que os agentes sociais não realizam atos gratuitos.

A palavra gratuita remete a dois sentidos, segundo Bourdieu. Num primeiro sentido, um ato gratuito é um ato do qual não podemos fazer sentido; e um outro sentido, mais escondido é que o que é gratuito é o que não é pago, não custa nada, o que não é lucrativo. Assim o autor encaixa os dois sentidos e identifica a busca da razão de ser de uma conduta à explicação desta conduta pela busca de fins econômicos (noção de interesse).

Bourdieu substitui a noção de interesse pela de *illusio*: é estar preso ao jogo (de interesse), preso pelo jogo que vale a pena jogar, dar importância a um jogo social, perceber o que se passa aí é importante para os envolvidos no jogo. Interesse é “estar em”, participar, admitir que o jogo merece ser jogado e que os alvos engendrados no e pelo fato de jogar merecem ser perseguidos; é reconhecer o jogo e reconhecer os alvos. A *illusio* é o investimento nos alvos que existem em certo jogo, por efeito da concorrência, e que apenas existem para as pessoas que, presas ao jogo, e tendo as disposições para reconhecer os alvos que aí estão em jogo, estão prontas a morrer pelos alvos que, inversamente, parecem desprovidos de interesse do ponto de vista daquele que não está preso a este jogo, e que o deixa indiferente. Bourdieu recorre à palavra *investimento* em seu duplo sentido: psicanalítico e econômico.

Todo campo social tende a obter daqueles que entram nele essa relação com o campo (*illusio*) Eles podem querer inverter as relações de força no campo, mas por isso mesmo, reconhecem os alvos, não são indiferentes. Entre pessoas que ocupam posições opostas em um campo (interesses divergentes) observa-se que há um acordo tácito e oculto a respeito do fato de que vale a pena lutar por coisas (interesses) que estão em jogo no campo.

Os campos de Bourdieu, como diz Lash, não estão povoados de estruturas, agentes, discursos, ideologias, sujeitos, mas em vez disso, de hábitos, práticas inconscientes e corporais, e categorias impensadas. Mas o poder está ali, na estrutura bourdiesiana de classes e frações de classes que estão lutando por hegemonia. Entretanto, o objeto da luta é imensamente diferente. O objeto da luta não é a ideologia, que em si é limitada por regras, normativamente estruturada e discursivamente articulada: são os hábitos, que são as bases ontológicas da ideologia. Segundo Lash, em Bourdieu, não é a classe ou fração de classe (concebida como um ator coletivo) que está lutando, que traz as suposições correlatas de consciência e de ato unitário abstrato, mas sim

a classe como um *habitus* coletivo, como um conjunto de atividades de rotina, como uma forma de vida. Não é a classe como ator organizado com objetivos conscientes. A lógica vigente não é uma lógica da consciência, mas uma “lógica da prática”, que não ocorre mediante organização institucional, mas mediante a força das significações e dos hábitos compartilhados.

Em Giddens também a agência está longe da ação, como “ato unitário”. Giddens lida com atividades sociais humanas - e estas são recursivas. Lida com práticas sociais. A ação humana, para ele, é um fluxo contínuo de conduta. Também Giddens lida com a “linguagem das atividades contínuas”. Para este autor a noção de “estoques de conhecimento” ou de “conhecimento mútuo” incorporado em encontros, que não é diretamente acessível à consciência dos atores. A maior parte desse conhecimento é prático por natureza: é inerente à capacidade de “prosseguir” no âmbito das rotinas práticas da vida social. é aquilo que ele chama de “consciência prática”, e que é fundamental à teoria da estruturação.

Elias destaca as ligações entre as mudanças na estrutura da sociedade e as mudanças na estrutura do comportamento e da constituição psíquica. Assim, noções tais como agente, ator, indivíduo, são noções dependentes do contexto em que foram criados. Ele tenta dar uma resposta à questão de como todos esses processos históricos, que consistem de nada mais do que ações de pessoas isoladas e, apesar disso, dão origem a instituições e formações que não foram nem pretendidas nem planejadas por qualquer indivíduo singular na forma que concretamente assumem.

Elias lida com o problema da ligação entre estruturas psicológicas individuais e as formas criadas por grandes números de indivíduos interdependentes. Os tipos de estruturas não são fixos, mas sim mutáveis, são aspectos interdependentes do mesmo desenvolvimento em longo prazo. Mas uma diferença em sua obra é que ele vai tratar dos processos históricos concretos - suas noções mais importantes estão “grampeadas” na experiência e ele busca encontrar o sentido de “jogar aquele jogo”. O seu desafio analítico é o problema do sentido, como cada um se inventa socialmente.

Giddens, como Elias, se preocupa também com a mudança social. E propõe uma teoria da modernização reflexiva que afirma que quanto mais as sociedades são modernizadas, mais os agentes (sujeitos) adquirem a capacidade de refletir sobre as condições sociais de sua existência e, assim, modificá-las. Segundo Giddens (1991), a nova agenda da ciência social diz respeito a duas esferas de transformação, diretamente relacionadas. Cada uma delas corresponde a processos de mudança que, embora tenham tido suas origens no início do desenvolvimento da modernidade, tornaram-se particularmente intensas na época atual: a difusão intensiva das instituições modernas, universalizadas por meio dos processos de globalização; os processos de

mudança intencional, que podem ser conectados à radicalização da modernidade. Estes são processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição.

Uma expansão da reflexividade institucional é uma característica distintiva das sociedades modernas no passado relativamente recente. É institucional por ser o elemento estrutural básico da atividade social nos ambientes modernos. É reflexivo no sentido de que os termos introduzidos para descrever a vida social habitualmente chegam e transformam - não como um processo mecânico, nem necessariamente de uma maneira controlada, mas porque se tornam parte das formas de ação adotadas pelos indivíduos ou pelos grupos. A maior mobilidade geográfica, os meios de comunicação de massa e muitos outros fatores extraíram elementos da tradição da vida social que há muito tempo resistiam - ou se adaptavam - à modernidade. A contínua incorporação reflexiva do conhecimento não apenas se introduz na brecha, ela proporciona precisamente um ímpeto básico às mudanças que ocorrem nos contextos pessoais e também globais da ação.

As características fundamentais de uma sociedade de alta reflexividade são o caráter aberto da auto-identidade e a natureza reflexiva do corpo. Hoje em dia o *eu* é para todos um projeto reflexivo - uma interrogação mais ou menos contínua do passado, do presente e do futuro. É um projeto conduzido em meio a uma profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de auto-ajuda de todos os tipos, programas de televisão e artigos de revista.

Assim, para Giddens e Elias, com as devidas diferenças, o agente é construído socialmente, inclusive sua constituição psíquica, e vemos na contemporaneidade surgir um agente que sofre processos de racionalização da cognição - é indiscutível para todos, mas isto é consequência da modernidade.

A título de últimas observações e síntese, o que percebemos nos autores - que agrupei em uma mesma categoria, embora sejam muito diferentes entre si - como Bourdieu, Giddens, Elias, Lash? Em Giddens, os agentes humanos são “cognoscitivos”, reflexivos no sentido de uma monitoração do fluxo contínuo da vida social. O processo da racionalização da ação, enquanto fluxo contínuo de conduta e referente à intencionalidade, é uma rotina característica da conduta humana, exercida de forma reconhecida. O aparelho psíquico é uma idéia subjacente à sua concepção do agente construído a partir das noções de consciências: discursiva, prática, inconsciente e moral.

Bourdieu construiu seu agente como o indivíduo que incorporou uma cadeia de esquemas práticos de percepção e apreciação, que funcionam como instrumentos de construção da realidade e/ou como princípios de visão e divisão do universo no qual eles se movem. O indivíduo racional, o cálculo consciente, fins e objetivos da ação não têm sentido quando se trata

de uma “teoria da prática”. O agente social dentro de um campo é um “investidor” que orienta sua ação através do sentido tanto psicanalítico quanto econômico.

Elias vai mais longe que os autores antecedentes ao lidar com as ligações entre as mudanças na estrutura da sociedade e as mudanças na estrutura do comportamento e da constituição psíquica. A racionalização não constitui um processo numa esfera isolada só de “idéias” ou “pensamento”. Ela não envolve apenas mudança no “conhecimento”, transformações de “ideologias”, em suma, alterações no conteúdo da consciência, mas mudanças em toda a constituição humana, na qual as idéias e os hábitos de pensamento são apenas um setor.

A racionalização da atividade intelectual, bem como de todas as mudanças nas funções do ego e do superego, de todos esses níveis interdependentes da personalidade do homem, serão muito pouco acessíveis ao pensamento, enquanto as indagações se limitarem a mudanças nos aspectos intelectuais, a mudanças de idéias, *e pouca atenção se derem ao equilíbrio e padrão mutáveis das relações entre pulsões e sentimentos, por um lado, e o controle dos mesmos, por outro*. A racionalização anda junta com a psicologização (Elias, 1993 e 1997)

O agente de Elias é um indivíduo portador de um aparelho psíquico psicanalítico, mas este aparelho psíquico é também resultado de mudanças nas relações entre as pessoas. Como diz Moscovici (1988: 345): “que a racionalidade seja uma marca distintiva da sociedade moderna, ninguém o discute. Que ela tenha um valor eminente, no sentido de uma potência eficaz através das ciências e das técnicas, e usufrua um prestígio que a coloca à parte e acima de todo o resto, ninguém nega”. Assim, em Elias, Bourdieu e Giddens vemos essa racionalidade como a marca distintiva da sociedade moderna.

Portanto, a modernidade tornou possível ao indivíduo transmutar-se em agente definido como um ser psicológico e isto quer dizer um certo grau de autonomia para o agente. Além disso, esse agente - racional, mas portador de um aparelho psíquico, é também constituído apenas dentro das relações sociais e constitui, ao mesmo tempo, essas relações sociais.

Temos assim uma nova concepção de agente, diferente do ator da escolha racional. Esse novo agente parece ter integrado em sua definição tanto o *homo economicus*, quanto o *homo sociologicus*, quanto o *homo psychologicus*.

São indivíduos-agentes que se organizam em famílias. É possível, então, visualizarmos um processo de desconstrução/reconstrução institucional familiar que resulta no que denominamos arranjos familiares. A vigência das relações de parentesco cede lugar às relações afetivas construídas a partir dos processos de modernização e racionalização. Daí, papéis sociais estáticos, hierarquizados, definitivos que culminavam na especialização de funções cede lugar a

papéis sociais flexíveis, com mobilidade funcional devida à possibilidade de mudança de protagonistas.

Um novo conceito de família que privilegie as novas relações indivíduo/indivíduo e indivíduo/sociedade se faz então necessário. Como sugere Goldani (1989) “... a família não é mais vista como organizada por normas ‘dadas’, mas, sim, fruto de contínuas negociações e acordos entre seus membros e, nesse sentido, sua duração no tempo depende da duração dos acordos. Conseqüentemente, como são frutos de escolhas individuais, as vidas familiares serão cada vez mais idiossincráticas e fluidas...”.

A restrição que se divisa nessa possibilidade conceitual, como avisa Goldani, reside na capacidade de negociação dos sujeitos individuais, submetidos, enquanto homens e mulheres às diferenças e desigualdades como indivíduos dotados de autonomia plena e tudo que vem junto com ela: “... os negociadores farão seus acordos de posições absolutamente diferenciadas na estrutura familiar...” (BILAC, 2000, p.37).

Neste ponto, a perspectiva teórica das relações de gênero toma vulto e se faz imprescindível numa abordagem da família que objetive dar conta da complexidade de uma teoria de família contemporânea.

3. METODOLOGIA : De modelos de família a arranjos familiares

Como avisa Bilac (2000) “... A variabilidade histórica da instituição família desafia qualquer conceito geral. Ao mesmo tempo, a generalização do termo ‘família’ para designar instituições e grupos historicamente tão variáveis, termina por ocultar as diferenças nas relações entre a reprodução e as demais esferas da vida social” (p.31).

É no sentido de superação que nos determinamos a trabalhar com arranjos familiares que se colocam, para nós, como resultado de lógicas diferenciadas de articulação de relações familiares que se expressam tanto no significado diferencial dos vários papéis familiares paternos e maternos, fraternos, filiais, quanto no próprio “timig” do que se chama ciclo de vida doméstico, e também dos rumos diferenciados das trajetórias de vidas individuais de homens, mulheres, crianças e adultos. Assim, arranjos familiares resultariam de ação deliberada dos agentes sociais, que instituem novos padrões de comportamento individuais

Mas precisamos de um conceito-base de família que estruture teoricamente a noção de arranjos familiares. Trabalhando a idéia de família enquanto fato inerente à natureza e cultura humana, Sarti (2000) conceitua família como a “... concretização de uma forma de viver os fatos

básicos da vida; ela se relaciona com o parentesco, mas não se confunde com ele. O parentesco é uma estrutura a que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consangüinidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho e mãe e filho; a relação de afinidade que se dá através do casamento. Esta é uma estrutura universal e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações. A família é o grupo social concreto através do qual se realizam estes vínculos...” (p.40).

Isto posto, parece que o que faz as famílias diferirem estruturalmente no tempo é a supremacia de um tipo de relação. O tempo contemporâneo parece ser o da vigência das relações de afinidade.

Utilizando os microdados das PNAD's - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – dos anos de 1978, 1984 e 1995, criamos uma matriz de arranjos familiares para a Região Metropolitana de Belo Horizonte a partir da definição matemática de combinação, onde os elementos são os membros da família nomeados pela sua relação com o chefe da família.

Determinados arranjos caracterizam tipos de família tradicionais, outros distinguem tipos de famílias pós-modernos, mas nosso interesse se foca no chefe da família – nosso agente – e buscamos apreendê-lo enquanto resultado dos processos de mudança estrutural, nos níveis micro e macro sociais, viabilizados por sua vez pelos processos de modernidade e racionalidade sintetizados, ao fim e ao cabo, nas relações sociais expressas nas relações familiares.

Por outro lado, na vigência de relações desiguais de gênero, é fundamental a observação dos arranjos segundo o sexo do chefe da família. E no sentido de verificarmos algumas determinações, trabalharemos os arranjos familiares válidos segundo algumas variáveis socioeconômicas que caracterizam o chefe.

Dentre as variáveis trabalhadas, selecionamos sexo e faixa etária. Os resultados relacionando a renda e anos de estudo do chefe alocados, de forma específica, no corpo do texto. Decidimos também por contextualizar a análise de gênero no momento da observação dos arranjos familiares propriamente ditos, ou seja, na análise dos dados, quando estaremos procurando compatibilizar comportamentos e características dos indivíduos-agentes no nível das chefias exercidas.

4. Mudanças na estruturação da família mineira em tempos recentes: arranjos familiares e chefias na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Começamos por examinar os tipos de arranjos preferencialmente chefiados por homens e por mulheres nos anos selecionados, buscando observar mudanças que poderiam explicadas no

nível da discussão teórica aqui exposta. Um simples “passar de olhos” nos resultados obtidos é suficiente para verificamos a supressão de vários tipos de arranjos à medida que o tempo passou: os 49 tipos de arranjos em 1978 passam a 30 em 1984, chegando a 28 em 1995.

Verifica-se que, no tempo, os pensionistas foram paulatinamente perdendo espaço nos arranjos familiares dos tipos nuclear e monoparental. Os agregados ainda permanecem nestes tipos de arranjo quando inexitem as figuras do empregado doméstico e do parente. Neste caso, qual seria a racionalidade adstrita ao chefe de família/agente na relação agregado-arranjo e pensionista-arranjo na estruturação destes tipos de arranjos? Se o nosso agente se comporta segundo “orientações” econômicas, sociais e psicológicas, a figura do agregado tem permanecido nos arranjos nucleares e monoparentais talvez porque sua posição na organização familiar tenha se diferenciado no correr do tempo.

Ou seja, com base na cultura mineira, o agregado, que era a figura que mais ajudava do que recebia ajuda, bastando nos lembrar da figura dos “afilhados”, obtém uma posição funcional na organização familiar: ele compartilha, passando de membro virtual à família a membro real, com direitos e deveres adstritos aos demais membros, dispensando talvez por isso, justamente o empregado doméstico Neste caso específico, cabe bem a noção de *illusio* de Pierre Bourdieu: o chefe de família e o agregado “jogam o mesmo jogo de interesse, onde o sentido de “gratuidade” não pertence ao campo onde o jogo é jogado, ou seja, a presença do agregado no arranjo é do interesse da família: o agregado é também um indivíduo-agente. Aplicando o mesmo raciocínio para o pensionista, a figura que paga, não assume custos além dos serviços que recebe, ou seja, não se disponibiliza ao jogo de interesse da família, na medida em que tem seu jogo próprio e distinto a jogar.

TABELA 1
DISTRIBUIÇÃO DE CHEFES DE FAMÍLIA SEGUNDO O SEXO E O ARRANJO FAMILIAR
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE 1978/1984/1995

Arranjos familiares	1978		1984		1995	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
chefe	43,18%	56,82%	49,85%	50,15%	48,87%	51,13%
chefe, agregado	34,40%	65,60%	38	62	50,02%	49,98%
chefe, agregado, empr domest	0	100				
chefe, agregado, pensionista	0	100				
chefe, cônjuge	100	0	99,44%	0,56%	98,28%	1,72%
chefe, cônjuge, agregado	100	0	75,43%	24,57%	100	0
chefe, cônjuge, agregado, empr domest	100	0				
chefe, cônjuge, agregado, pensionista	100	0				
chefe, cônjuge, agregado, pensionista, empr domest	100	0				
chefe, cônjuge, empr domest	100	0	100	0	100	0
chefe, cônjuge, filho	100	0	99,84%	0,16%	99,48%	0,52%
chefe, cônjuge, filho, agregado	100	0	100	0	91,68%	8,32%
chefe, cônjuge, filho, agregado, empr domest	100	0				
chefe, cônjuge, filho, agregado, pensionista	100	0				
chefe, cônjuge, filho, empr domest	100	0	100	0	97,68%	2,32%
chefe, cônjuge, filho, parente	100	0	100	0	98,32%	1,68%
chefe, cônjuge, filho, parente, agregado	100	0	100	0	100	0
chefe, cônjuge, filho, parente, agregado, empr domest	100	0				
chefe, cônjuge, filho, parente, agregado, pensionista	100	0				
chefe, cônjuge, filho, parente, empr domest	100	0	100	0	100	0
chefe, cônjuge, filho, parente, pensionista	100	0	100	0		
chefe, cônjuge, filho, parente, pensionista, empr domest	100	0				
chefe, cônjuge, filho, pensionista	100	0	100	0	100	0
chefe, cônjuge, filho, pensionista, empr domest	100	0				
chefe, cônjuge, parente	100	0	98,45%	1,55%	100	0
chefe, cônjuge, parente, agregado	100	0	100	0		
chefe, cônjuge, parente, empr domest	100	0	100	0	100	0
chefe, cônjuge, parente, pensionista	100	0				
chefe, cônjuge, pensionista	100	0			100	0
chefe, empr domest	16,71%	83,29%	40,60%	59,40%	0	100
chefe, empr domest, par empr domest			100	0		
chefe, filho	9,04%	90,96%	9,58%	90,42%	7,12%	92,88%
chefe, filho, agregado	6,87%	93,13%	37,95%	62,05%	0	100
chefe, filho, agregado, empr domest	0	100				
chefe, filho, agregado, pensionista	100	0				
chefe, filho, agregado, pensionista, empr domest	100	0				
chefe, filho, empr domest	9,85%	90,15%	12,26%	87,74%	11,13%	88,87%
chefe, filho, parente	3,09%	96,91%	9,83%	90,17%	5,88%	94,12%
chefe, filho, parente, agregado	26,84%	73,16%	0	100	33,33%	66,67%
chefe, filho, parente, empr domest	26,62%	73,38%	0	100	33,29%	66,71%
chefe, filho, parente, pensionista	0	100				
chefe, filho, pensionista	0	100	0	100	19,98%	80,02%
chefe, filho, pensionista, empr domest	54,59%	45,41%				
chefe, parente	51,49%	48,51%	38,44%	61,56%	39,51%	60,49%
chefe, parente, agregado	34,71%	65,29%	0	100	33,29%	66,71%
chefe, parente, empr domest	45,68%	54,32%	38,95%	61,05%	33,33%	66,67%
chefe, parente, pensionista	81,22%	18,78%	50,46%	49,54%	49,97%	50,03%
chefe, parente, pensionista, empr domest	61,40%	38,60%				
chefe, pensionista	76,29%	23,71%	64,56%	35,44%	65,21%	34,79%
chefe, pensionista, empr domest	0	100				

Uma outra sinalização teórica para explicar as posições diferenciadas ocupadas nos arranjos familiares pelos agregados, pensionistas e empregados domésticos seria o conceito de *psicologização* contraposto ao conceito de *racionalidade* de Norbert Elias: em cada associação de seres humanos há um contexto funcional que tem suas leis próprias, das quais dependem, em última instância, todas as metas dos indivíduos.

Acreditamos que não, porque ele, assim como o empregado doméstico, não participaria da construção das relações sociais com base na afetividade sendo sua presença justificada somente por razões econômicas: veja-se sua permanência em arranjos monoparentais, principalmente nos de chefia masculina.

Outra evidência que ressalta aos olhos é a “diluição”, no tempo, dos arranjos familiares do tipo extenso que eram, em 1978, chefiados exclusivamente por homens. É interessante notar que os arranjos familiares do tipo nuclear estiveram, nos anos selecionados, submetidos à chefia masculina e, com passar dos anos, as mulheres foram assumindo e/ou declarando-se como chefes neste tipo de arranjo familiar.

As chefias femininas, por sua vez, vão se tornando maioria na condução de arranjos monoparentais, evidência que não é singularidade no campo de estudo da família. Numa perspectiva de gênero, se os homens também estivessem assumindo a chefia deste tipo de arranjo familiar, teríamos um indício de mudança nas relações de gênero. Em termos de mudança do contrato família, no nível das responsabilidades domésticas e reprodutivas - de maternidade e maternagem – que sempre recaem sobre a mulher-companheira fossem assumidas pelo homem/pai. Claro está que não estamos falando de homens gerando filhos, mas homens assumindo integralmente as responsabilidades de gerá-los.

Por outro lado, a prevalência da chefia feminina dos arranjos monoparentais pode ter origem na situação de viuvez da mulher, separação conjugal ou gravidez fora de união conjugal: “... *Os sujeitos não estão mais subsumidos no todo. Com isso, a divisão sexual das funções, o exercício das funções, o exercício da autoridade e todas as questões dos direitos e deveres na família, antes predeterminadas, hoje são objetos de constantes negociações, sendo passíveis de serem revistas à luz destas negociações...*” (Sarti, 2000, p.44). Releve-se que estas negociações se realizam à luz dos contratos de gênero vigentes que, na sociedade brasileira se prima pelas condições de desigualdade.

Releve-se ainda que, segundo os dados apresentados, foram as mulheres que mais “acolheram”, em arranjos monoparentais sob sua chefia, os parentes, pensionistas e agregados. Dado o período sob análise, depreende-se que este era um tipo de arranjo que contemplaria as necessidades econômicas em amplo espectro, que se registra em um núcleo familiar pobre.

Neste caso específico, agrupar seria a única possibilidade de superação do ponto de estrangulamento financeiro: agrupar para buscar novas “formas de sobreviver”.

De um outro ponto de vista, o ponto de vista afetivo, um arranjo monoparental com outras pessoas adultas presentes e por perto, além da mulher chefe, pode significar obtenção de ajuda nas responsabilidades domésticas e nos cuidados com filhos, principalmente, quando estes são pequenos. Por outro lado, dado que a mulher se estabelece como a provedora, alguém (parente ou agregado) deve assumir o gerenciamento funcional do núcleo.

Em 1978 verificou-se que os arranjos familiares do tipo unipessoal eram majoritariamente chefiados por mulheres, mas elas vêm cedendo espaço na chefia aos homens, e ambos dividiram, praticamente “pari passu”, a responsabilidade pelo comando deste tipo de organização familiar no correr dos anos.

É claro que para cada período sob análise, os motivos geradores do núcleo unipessoal são diferentes. Movimentação no espaço –migração - por motivos de trabalho e estudo são normalmente razões para as mulheres viverem sozinhas, pressupondo-se que auferem algum tipo de renda que cubra os custos econômicos deste investimento de vida.

Neste caso estaria também presente o aspecto de autonomia da mulher, status que não necessariamente se obtém com independência econômica, dadas as implicações normativas inerentes ao sistema de gênero vigente na sociedade.

Para Giddens, os “cenários” não são apenas lugares, mas cenários de interação social e a fixidez de tempo-espaço também significa normalmente fixidez social. Assim, o fato de movimentarem-se no espaço geográfico, permite que os agentes mudem suas perspectivas de interação social principal, antes sediada no âmbito da família.

Voltando aos dados, verificamos que a composição familiar chefe/agregado/pensionista/empregado doméstico existente em 1978, desaparece nos anos posteriores. Note-se que este arranjo era basicamente chefiado por mulheres, o que poderia constituir, como já se fez referência anteriormente, a uma estratégia/*illusio* de sobrevivência/convivência da mulher-chefe e dos outros membros que se abrigavam neste tipo de arranjo.

Entretanto, chefe/agregado é um arranjo familiar que permaneceu até 1995, e tal evidência é coerente com a abordagem do comportamento racional do indivíduo-agente (chefe) contextualizado na parte teórica.

Neste tipo específico de arranjo, as mulheres que detinham a primazia da chefia em 1978, talvez devido à força da necessidade financeira, passaram em épocas posteriores a ter agregados mais em função de constituição de relações afetivas: companhia, alguém com quem dividir despesas e também compartilhar o cotidiano.

Entretanto, no ano de 1995, podemos observar uma mudança que se verificou neste tipo de arranjo: cresceu a proporção de chefes masculinos. Os dados demonstram que a chefia de núcleos familiares do tipo chefe/agregado gozavam de uma situação de equilíbrio entre os sexos, talvez, devida ainda às necessidades de compartilhamento de recursos financeiros, também compartilhamento de recursos afeitos à identidade entre os membros do arranjo familiar, recursos estes que sediavam traços afetivos.

A racionalidade adstrita a este tipo de arranjo pode estar resumida paráfrase: “morar sozinho e bem acompanhado²”.

Em termos de relações de gênero, tal fato parece estar indicando algumas transformações, pois a situação de homens estarem vivendo fora do contexto da órbita familiar (no caso, com um agregado) é muito recente e, tal situação implica, quase sempre, em assumir alguns papéis domésticos relegados às mães, irmãs, esposas e companheiras.

Mas, se a figura declarada como agregado for do sexo feminino, então este pressuposto não se valida. Pelo contrário: mudanças no contrato social de gênero inexistem.

Quando observamos o arranjo chefe/cônjuge, a chefia masculina é praticamente absoluta. Tal evidência nos leva a pensar que comportamentos familiares tradicionais/culturais da família mineira permaneceram normativamente nesta sociedade até 1995.

Será que este comportamento não estaria associado às idades das pessoas, refletindo não uma resistência da tradição, mas sim conseqüências de comportamentos sedimentados por socialização? Vejamos as idades dos chefes masculinos associadas aos arranjos por eles comandados. Observamos que 62,0% dos homens que chefiavam arranjos chefe/cônjuge em 1978 tinham idades compreendidas entre 20 – 40 anos e 32,0% tinham mais de 50 anos, perfazendo um total de 94,0%.

Nascendo entre 1928, no mínimo, e 1958, é muito provável que homens e mulheres, com socializações sedimentadas, resistissem a mudanças comportamentais viabilizadas pela modernidade/racionalidade social. As mulheres certamente não tiveram tempo social hábil para se transmutarem em indivíduos plenos ou agentes dentro de “contratos de gênero” nos quais prevaleciam as divisões clássicas de papéis baseados no sexo dos cônjuges.

Este argumento é bastante viável se verificarmos as idades dos homens chefes nos anos seguintes. Em 1984, 45,0% dos chefes neste arranjo tinham entre 20 – 40 anos (queda de 17,0%) e 65,0% estavam na faixa de 50 – 70+ anos (aumento de 33,0%): a idade estava embutida na tradicionalidade.

² Lembremo-nos de que o agregado pode abrigar-se neste tipo de arranjo a partir de uma relação de amizade ou de conhecimento: colegas de trabalho, de faculdade, vizinhos na cidade de nascimento, etc.

TABELA 2.1
CHEFES DE FAMÍLIA HOMENS, SEGUNDO ARRANJOS FAMILIARES E FAIXA ETÁRIA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE 1978

Arranjo	Faixa etária											
	de 15 a 19 anos	de 20 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 34 anos	de 35 a 39 anos	de 40 a 44 anos	de 45 a 49 anos	de 50 a 54 anos	de 55 a 59 anos	de 60 a 64 anos	de 65 a 69 anos	70 anos ou mais
chefe	1	15,90	14,40	14,70	8,40	21,20	3,20	9,40	3,80	2		6
chefe, agregado			74,60	25,40								
chefe, cônjuge	1,60	16,80	25,40	12,90	6,90	3,50	1,40	4,60	6,90	4,80	7,80	7,50
chefe, cônjuge, agregado				27,30	18,30	9,20	9,20				25,70	10,40
chefe, cônjuge, empr domest		5,20	2,50	10,20	7,60	2,60	5,10	2,30	9,10	9,60	16,70	29,10
chefe, cônjuge, filho	0,40	4,60	13,10	16,10	16	15,20	12,20	8,70	5,30	4,70	1,90	1,80
chefe, cônjuge, filho, agregado			17,20	7,60	22,70	7,60	5,10	22,50	9,10	2,40		5,80
chefe, cônjuge, filho, empr domest					17,50		17,50		15,70	16,50	32,70	
chefe, cônjuge, filho, agregado, pensionista							68,20				31,80	
chefe, cônjuge, filho, empr domest		0,50	4,40	20,80	23,10	11,90	13,20	10,10	6,50	3,80	2,60	3,10
chefe, cônjuge, filho, parente	0,50	3,60	15,70	12,50	16,10	14,70	10,50	7,70	7,50	5,30	2,20	3,70
chefe, cônjuge, filho, parente, agregado		9	8,70	13,40	4,50	26,90	9	12	4	8,40	4,20	
chefe, cônjuge, filho, parente, empr domest		3,60	17,40	10,60	17,70	7,20	10,80	3,20	9,50	16,70	3,30	
chefe, cônjuge, filho, parente, pensionista			51,50	8,20	24,40		12,20		3,60			
chefe, cônjuge, filho, pensionista		1,20	9,50	45,20	7,40	8,60	11,10	2,20	8,80		4,60	1,40
chefe, cônjuge, filho, pens, empr domest				33,30	16,60	50,20						
chefe, cônjuge, parente		4,40	36	10,90	2,20	6,60	4,40		7,80	10,20		17,50
chefe, cônjuge, parente, agregado					35,50			31,40		33,10		
chefe, cônjuge, parente, empr domest					25,10				22,40	23,60		28,90
chefe, cônjuge, pensionista		26,90	20,60	21,30			10,70	9,50			5	6,10
chefe, empr domest				52,80					47,20			
chefe, filho		3,50	5,10	8,80	7	10,60	22,90	14,10	10,90	6,60	6,60	4
chefe, filho, empr domest									49		51	
chefe, filho, parente							32,50				30,70	36,80
chefe, parente	3,30	47,30	21,10	9,60	4,80	1,20	1,20	4,30	2,10	1,10	1,10	2,70
chefe, parente, agregado		50,50		49,50								
chefe, parente, empr domest		23,20	22,20	22,90	11,40			10,20	10,20			
chefe, parente, pensionista	3,70	32,80	55,40	4	4							
chefe, parente, pensionista, empr domest		66,70		33,30								
chefe, pensionista	13,30	51,30	28,20	7,20								

TABELA 2.2
CHEFES DE FAMÍLIA HOMENS, SEGUNDO ARRANJOS FAMILIARES E FAIXA ETÁRIA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE 1984

Arranjo	Faixa etária											
	de 15 a 19 anos	de 20 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 34 anos	de 35 a 39 anos	de 40 a 44 anos	de 45 a 49 anos	de 50 a 54 anos	de 55 a 59 anos	de 60 a 64 anos	de 65 a 69 anos	70 anos ou mais
chefe	3,72	17,21	13,47	13,03	7,44	10,70	5,59	6,51	6,97	6,98	3,26	5,12
chefe, agregado		33,13			33,44	3,64	3,64	6,33	5,56	7,28	6,90	9,18
chefe, cônjuge	0,58	11,87	22,62	14,75	7,66	7,52	10,75	16,13	16,14	8,61	6,46	17,18
chefe, cônjuge, agregado			33,33			13,61	10,69	9,44	6,33	3,67	2,28	2,16
chefe, cônjuge, empr domest			16,69	33,31	8,35	4,71	5,85	3,53	3,54	3,54	1,18	2,35
chefe, cônjuge, filho	0,22	3,47	14,03	17,55	16,55	3,23	3,23	9,68	6,45	9,69	9,68	17,71
chefe, cônjuge, filho, agregado		4,17	12,52	20,83	4,17	6,25		12,51	12,45	6,25	6,25	31,27
chefe, cônjuge, filho, empr domest		0,80	5,61	24,81	23,99	12,10	12,96	10,09	6,34	4,89	2,88	3,45
chefe, cônjuge, filho, parente		2,59	13,85	20,75	10,09					33,44		
chefe, cônjuge, filho, parente, agregado				50,23			16,67	16,67	16,67	16,67		
chefe, cônj, filho, parente, empr domest				8,35	33,31					33,44		
chefe, cônjuge, filho, parente, pensionista						12,52	12,48	16,69	4,17		8,31	4,13
chefe, cônjuge, filho, pensionista				50,00						100,00		
chefe, cônjuge, parente	1,62	8,08	17,75	4,85	8,05		49,77					
chefe, cônjuge, parente, agregado							8,01		4,01			
chefe, cônjuge, parente, empr domest							50,00					
chefe, empr domest		25,00	25,00									
chefe, empr domest, par empr domest						100,00						
chefe, filho		3,22	4,30	4,31	5,39	25,00						25,00
chefe, filho, agregado			33,44		33,13			8,35	8,35		8,27	16,69
chefe, filho, empr domest									66,67			33,33
chefe, filho, parente			6,25	6,25	12,51	11,98	8,81	4,80	5,61	2,40	5,61	5,59
chefe, parente	3,52	18,85	24,72	17,65	10,58			40,15			19,89	
chefe, parente, empr domest		19,89	20,07					100,00				
chefe, parente, pensionista		20,04	79,96			16,69	16,69		8,35	16,62		
chefe, pensionista	4,01	31,99	31,99	8,01	11,99		100,00					

TABELA 2.3
CHEFES DE FAMÍLIA HOMENS, SEGUNDO ARRANJOS FAMILIARES E FAIXA ETÁRIA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE 1995

Arranjo	Faixa etária											
	de 15 a 19 anos	de 20 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 34 anos	de 35 a 39 anos	de 40 a 44 anos	de 45 a 49 anos	de 50 a 54 anos	de 55 a 59 anos	de 60 a 64 anos	de 65 a 69 anos	70 anos ou mais
chefe	4,64	5,96	11,26	11,92	18,54	12,58	7,94	7,94	5,96	2,65	5,96	4,64
chefe, agregado		16,71	66,64									16,64
chefe, cônjuge	0,59	12,28	17,54	15,79	9,36	6,14	4,38	4,09	4,09	7,61	7,02	11,11
chefe, cônjuge, agregado			10,00					10,00	30,00		20,00	30,00
chefe, cônjuge, empr domest				66,62						33,38		
chefe, cônjuge, filho	0,48	4,13	10,55	16,16	17,99	14,63	11,66	8,34	6,14	4,36	2,93	2,64
chefe, cônjuge, filho, agregado				18,16		18,20	27,28	9,08	9,12	9,08	9,08	
chefe, cônjuge, filho, empr domest			4,76	9,52	28,57	9,52	19,05	9,52	7,16	7,14	2,38	2,38
chefe, cônjuge, filho, parente		4,54	6,25	13,65	13,64	15,91	14,20	5,68	8,52	8,53	3,98	5,11
chefe, cônjuge, filho, parente, agregado			33,33				33,33					33,33
chefe, cônjuge, filho, parente, empr domest				33,29	33,42			33,29				
chefe, cônjuge, filho, pensionista					100,00							
chefe, cônjuge, parente		8,10	13,53	10,80	5,40	5,41	5,40	2,70	13,50	2,70	18,93	13,53
chefe, cônjuge, parente, empr domest			100,00									
chefe, cônjuge, pensionista				100,00								
chefe, filho			4,17		12,50	20,83	10,43	16,66	4,17	12,50	4,17	14,58
chefe, filho, empr domest						50,10	49,90					
chefe, filho, parente			12,54			12,49			37,46	25,03		12,49
chefe, filho, parente, agregado										100,00		
chefe, filho, parente, empr domest								100,00				
chefe, filho, pensionista									100,00			
chefe, parente	4,68	15,63	28,13	18,74	7,82	4,69	4,68	9,37	4,68	1,56		
chefe, parente, agregado			100,00									
chefe, parente, empr domest				100,00								
chefe, parente, pensionista		33,33		33,33	33,33							
chefe, pensionista		26,68	26,68	19,99	6,66	6,66	13,33					

Entretanto, um “revival” de comportamentos tradicionais pode ser observado entre os homens de 20 – 40 anos (55,0%). Entre os mais velhos, a chefia masculina continua caindo (34,0%) e nos parece ser efeito da mortalidade masculina acentuada em relação à feminina em idades mais avançadas.

O declínio na chefia masculina, neste tipo de arranjo familiar, pode estar se dando, basicamente, devido ao lado econômico, pois é necessário dois provedores para se manter um núcleo sem que se mude o contrato de gênero familiar que assegure condições de igualdade de posição e status.

Os chefes masculinos dos arranjos tipo nuclear (chefe/cônjuge/filho) tinham, em 1978, idades compreendidas entre 20 – 40 anos (45,0%) e 40 – 50 anos (27,0%). Em 1984, estes chefes tinham majoritariamente idades entre 20 – 40 anos (52,0%). Em 1995 a participação destas faixas etárias neste tipo de arranjo não se modifica muito em relação a 1978 (49,0% e 26,0% respectivamente).

O arranjo unipessoal era chefiado, em 1978 e 1995 por homens na faixa etária de 20-45 anos (74,6% e 54,3% respectivamente). Em 1978 estes chefes tinham rendimento na faixa de 1-5 salários-mínimo e 1-4 anos de estudo. Como já se comentou, no caso das mulheres neste tipo de chefia, uma das possibilidades para constituição deste tipo de arranjo pode ter sido mudanças espaciais devido a trabalho e /ou educação. Quanto aos homens, a liberdade/privacidade para o exercício pleno de sua individualidade pode pesar na opção por viverem sozinhos. Em 1995, 41,0% dos chefes permaneceram nesta faixa de renda, mas aumenta significativamente o número de chefes-homem com renda acima do 20 salários-mínimo (de 1,10% para 10,49% dos chefes). Neste caso, depreende-se que o viver sozinho passaria a ser um “modo de vida” moderno, uma opção para os homens desde que, analogamente à condição das mulheres chefes, o mesmo tenha renda suficiente para arcar com suas despesas.

Assim pode-se verificar uma diminuição no número de chefes de família unipessoal analfabetos e o número de anos de estudo melhora significativamente em 17 anos: 7,21% dos chefes tinha 12-17 anos de estudo (1978) e em 1995, 17,9%.

No caso das mulheres chefe de família, trabalharemos com três tipos de arranjos e focalizaremos nossos resultados para os anos de 1978 e 1995. Como já observamos anteriormente, as mulheres vêm, no período analisado, conservando sua posição na chefia dos arranjos unipessoais: em 1978 elas assumiram a chefia de 56,82% dos arranjos familiares unipessoais, passando a 50,15% dos chefes em 1984. Já no ano de 1995 elas passam a representar 51,13% da chefia destes arranjos. Cabe indagar quem são estas mulheres no que se refere aos seus atributos. Resumidamente, 81,72% destas mulheres tinham, em 1978, de 0-4 anos

de estudo. Embora, nesta data, 52,1% delas tenha se declarado sem rendimento, 35,1 % do total percebiam de 0,5 a 2 salários-mínimo. Ou seja, em termos de situação socioeconômica, este grupo estaria em situação econômica desvantajosa/precária.

Por outro lado, grande parte das mulheres que chefiavam este tipo de arranjo estava na faixa de 25-39 anos (41,0%), embora seja significativo o número de chefes mais idosas. Tal evidencia nos leva a pensar que, ainda que não estivessem em posições econômicas privilegiadas, presume-se que para se viver em um arranjo familiar unipessoal, estas mulheres já usufruíam algum grau de autonomia e poder para atuarem como *agentes* de suas próprias vidas.

Os dados para 1995 mostram que, em sua maioria absoluta (66,5%), as chefes femininas de arranjos unipessoais são mais velhas: tinham mais de 50 anos³. Segundo os dados, aumentou o número de chefes sem rendimento, o que faz pensar numa subenumeração, creditada principalmente à omissão de informações do tipo renda obtida de terceiros, renda de aposentadoria do marido falecido, renda derivada de pensões de ex-maridos, etc.

A baixa escolaridade observada entre as mulheres chefes desse tipo de arranjo em 1978 melhorou em 1995. Os dados, tanto de um período quanto do outro, assinalam atributos bastante desvantajosos do ponto de vista de renda e educação, mas por outro lado o que estaria levando estas mulheres a se manterem em arranjos familiares unipessoais? Uma primeira hipótese é que neste tipo de arranjo prevalecem mulheres solteiras, viúvas, separadas e pensionistas com renda própria advinda de suas aposentadorias (ainda que mínimas). O atributo distinto que estas mulheres chefes têm é o da “escolha” de viverem sem a companhia de terceiros, através dos quais poderiam, inclusive, obter um aumento da renda para o custeio das despesas. Por outro lado, há que se considerar também o fato dos filhos casados “rejeitarem” a convivência da mãe no mesmo espaço familiar, como resultado de uma “sublimação” das eternas divergências entre elas e as noras, principalmente no que diz respeito aos cuidados/educação dos netos. Mas, uma mãe/sogra disposta e com renda supera esta rejeição: é mais um trabalhador sem remuneração que paga pelo “afeto familiar”.

Mas como observamos acima, estas mulheres devem ter adquirido autonomia suficiente para agenciarem, tanto física quanto psiquicamente, o seu cotidiano/sobrevivência. Parece que, no caso das mulheres mais velhas, o fato de fazerem parte de arranjos unipessoais pode estar ligado a elementos de independência a partir da década de 1970, pois anteriormente estas mulheres - solteiras, viúvas ou separadas - só poderiam viver com familiares diretos ou indiretos e a mulher nunca se declararia no status de chefe do núcleo familiar.

³ Somente 26,3% tinham, em 1995, de 25 a 45 anos.

Tratemos agora chefia feminina no arranjo monoparental (chefe/filho). Aliás, a chefia deste arranjo por mulheres prevaleceu no período de tempo observado⁴. Em 1995, estas mulheres eram brancas (45,0%) e pardas (43,0%), tinham entre 20-49 anos (60,0%) e escolaridade primária (57,7%) que, como podemos ver, é praticamente a mesma das chefes de arranjos do tipo unipessoal.

Embora haja indícios de subdeclaração⁵, a maioria das mulheres com renda declarada percebia de 1 a 3 salários-mínimo (39,14%). Comparativamente, as mulheres chefes de arranjos monoparentais melhoraram no atributo renda relativamente a 1978, quando 44,4% delas percebiam de 0,5- 2 salários-mínimo. Entretanto, sua condição de trabalho/renda continuou precária com o tempo, mas com melhoras se considerarmos o nível de mulheres chefes sem rendimento registrado neste ano: 49,5%.

A idade das mulheres que chefiavam este tipo de arranjo familiar em 1978 se diluía entre as faixas etárias, mas 50,0% delas tinham entre 20 – 49 anos. Considerando as idades compreendidas nesta faixa, depreende-se que são responsáveis por filhos pequenos e adolescentes, fases estas que mais absorvem o tempo das mulheres e de maior custeio financeiro. Seguindo este argumento pode-se pressupor que estas mulheres teriam um grau mínimo de liberdade em termos de estabelecerem vida própria e autônoma, em termos de indivíduo-agente.

Para finalizar, fixaremos nossa atenção no arranjo familiar chefe/cônjuge que só se torna visível para nós, com chefia feminina, em 1995. Estas mulheres eram brancas, pardas e negras segundo uma distribuição equitativa, e boa parte delas detinha alto nível de escolaridade relativamente às demais chefes dos arranjos analisados: 32,0% tinham de 9-15 anos de estudo⁶.

A renda também melhorou: quando em arranjo do tipo casal, 33,34% das chefes percebiam de 5-20 salários mínimos. Entretanto, o nível das não declarações de renda aumentou, se considerarmos todas as mulheres chefes aqui focadas, independentemente do tipo de arranjo: 66,67%.

Tendo em vista os aspectos de renda e educação pode-se pressupor que este arranjo familiar estaria se constituindo em um novo paradigma de família, pois ainda que tenham o companheiro presente (cônjuge), elas se declaram chefes de família. Diante deste fato, pode-se imaginar que estas mulheres estariam convivendo em um outro tipo de “contrato de gênero”, o denominado contrato de igualdade de status nos diversos papéis que homens e mulheres desempenham dentro e fora da família.

⁴ Em 1978 e 1984, cerca de 90,0% deste tipo de arranjo foi chefiados por mulheres. Em 1995 esta percentagem cresce um pouco mais: 93,0%.

⁵ 45,21% das mulheres chefes de arranjo monoparental não declararam renda em 1995.

⁶ Somente grau primário caiu para 33,3%.

TABELA 2.4
CHEFES DE FAMÍLIA MULHERES, SEGUNDO ARRANJOS FAMILIARES E FAIXA ETÁRIA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE 1978

Arranjo	Faixa etária											
	de 15 a 19 anos	de 20 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 34 anos	de 35 a 39 anos	de 40 a 44 anos	de 45 a 49 anos	de 50 a 54 anos	de 55 a 59 anos	de 60 a 64 anos	de 65 a 69 anos	70 anos ou mais
chefe	0,80%	2,30%	8,60%	8,30%	24,10%	3,70%	2,20%	6,60%	5,90%	10,30%	9,50%	17,70%
chefe, agregado				25,40%	25,40%	12,30%						36,90%
chefe, agregado, empr domest												100,00%
chefe, agregado, pensionista												100,00%
chefe, empr domest			10,50%						29,30%	10,50%	10,50%	39,20%
chefe, filho	3,20%	10,00%	9,70%	8,70%	9,00%	11,20%	10,80%	10,50%	8,10%	7,70%	5,00%	6,10%
chefe, filho, agregado			8,10%		7,90%	15,30%	15,40%	38,10%	15,20%			
chefe, filho, agregado, empr domest												100,00%
chefe, filho, empr domest				5,60%	5,60%	16,60%	5,50%	21,90%	5,50%	11,70%	5,90%	21,90%
chefe, filho, parente		2,00%	4,10%	7,80%	3,90%	6,70%	15,20%	16,10%	9,50%	10,10%	15,20%	9,50%
chefe, filho, parente, agregado						33,20%			33,20%			33,60%
chefe, filho, parente, empr domest				16,90%			16,80%	49,70%	16,60%			
chefe, filho, parente, pensionista						65,50%				34,50%		
chefe, filho, pensionista			8,40%	8,00%	12,10%	27,80%	15,90%	11,80%	7,90%	4,20%		3,90%
chefe, filho, pensionista, empr domest					100,00%							
chefe, parente	1,20%	6,20%	15,00%	2,40%	6,00%	13,00%	5,90%	11,70%	9,40%	6,30%	7,50%	15,30%
chefe, parente, agregado				49,60%					24,30%		26,10%	
chefe, parente, empr domest		18,80%		36,20%						9,40%		35,60%
chefe, parente, pensionista			34,50%	33,10%			16,30%					16,10%
chefe, parente, pensionista, empr domest		51,50%				48,50%						
chefe, pensionista	11,30%		11,50%	10,90%	10,90%		10,70%			22,90%		21,70%
chefe, pensionista, empr domest												100,00%

TABELA 2.5
CHEFES DE FAMÍLIA MULHERES, SEGUNDO ARRANJOS FAMILIARES E FAIXA ETÁRIA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE 1984

Arranjo	Faixa etária											
	de 15 a 19 anos	De 20 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 34 anos	de 35 a 39 anos	de 40 a 44 anos	de 45 a 49 anos	de 50 a 54 anos	de 55 a 59 anos	de 60 a 64 anos	de 65 a 69 anos	70 anos ou mais
chefe	0,90	2,72	7,71	6,79	8,16	5,43	9,50	7,24	9,02	10,87	12,23	19,43
chefe, agregado										33,13		
chefe, cônjuge			66,88			10,15	11,38	8,25	11,83	7,03	5,81	5,47
chefe, cônjuge, agregado						33,44						16,72
chefe, cônjuge, filho		16,72	16,56	16,56		5,02	11,52	4,32	8,64	5,03	12,96	15,10
chefe, cônjuge, parente							100,00					
chefe, empr domest						7,35	10,67	8,66	10,00	16,00	9,32	12,63
chefe, filho	3,57	8,37	10,49	9,05	8,60						40,23	59,77
chefe, filho, agregado					20,08					50,23	49,77	
chefe, filho, empr domest			9,10	18,20	4,53	20,08	39,77			20,08		
chefe, filho, parente		3,34	7,34	7,33	7,34					50,23		49,77
chefe, filho, parente, agregado					66,56	33,44						
chefe, filho, parente, empr domest			33,33	33,33				7,10		7,10		
chefe, filho, pensionista			33,44						33,13		33,44	
chefe, parente	1,45	11,51	7,19	7,92	9,35							
chefe, parente, agregado										33,23	50,16	16,61
chefe, parente, empr domest			12,46			13,71	9,10	22,68		13,63	4,53	4,53
chefe, parente, pensionista		20,04	59,93	20,04			12,46			12,46	37,49	25,15
chefe, pensionista		28,53	14,33	14,33	28,60		33,33					

TABELA 2.6
CHEFES DE FAMÍLIA MULHERES, SEGUNDO ARRANJOS FAMILIARES E FAIXA ETÁRIA
REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE 1995

Arranjo	Faixa etária											
	de 15 a 19 anos	de 20 a 24 anos	de 25 a 29 anos	de 30 a 34 anos	de 35 a 39 anos	de 40 a 44 anos	de 45 a 49 anos	de 50 a 54 anos	de 55 a 59 anos	de 60 a 64 anos	de 65 a 69 anos	70 anos ou mais
chefe	1,26	1,90	10,76	3,16	5,70	6,96	3,80	6,96	7,60	12,02	9,49	30,39
chefe, agregado			33,31	16,66	16,66		16,66					16,72
chefe, cônjuge		33,33	33,33					16,67			16,67	
chefe, cônjuge, filho		9,09		27,27	18,18	9,09	9,09		18,18	9,09		
chefe, cônjuge, filho, agregado								100,00				
chefe, cônjuge, filho, empr domest										100,00		
chefe, cônjuge, filho, parente						33,29		66,71				
chefe, empr domest							33,33					66,67
chefe, filho	4,47	9,10	8,63	9,75	11,34	10,54	10,22	9,75	8,47	6,39	3,83	7,51
chefe, filho, agregado				14,27		28,65		14,27		14,27		28,54
chefe, filho, empr domest				6,25	12,50	25,02	18,75	24,99	6,25			6,25
chefe, filho, parente		3,13	2,34	6,25	10,16	6,25	12,50	15,62	17,97	7,81	4,69	13,29
chefe, filho, parente, agregado							50,00				50,00	
chefe, filho, parente, empr domest						50,10						49,90
chefe, filho, pensionista			24,97		25,08	49,95						
chefe, parente	2,04	6,12	9,19	5,11	2,04	6,13	10,20	5,10	8,16	14,28	12,25	19,38
chefe, parente, agregado			50,10			49,90						
chefe, parente, empr domest			50,00							50,00		
chefe, parente, pensionista		33,29	33,29	33,42								
chefe, pensionista	12,49	25,03	12,54	12,49		24,97						12,49

5. CONCLUSÃO

Verificamos que resquícios da tradição familiar na sociedade mineira ainda se mantinham até 1995: famílias que se organizavam de forma nuclear, eram preferencialmente chefiadas por homens. Estes homens, quando vivenciavam a ausência de uma companheira, buscavam a figura de parentes e empregados domésticos, principalmente quando os filhos se integravam ao arranjo familiar monoparental. O homem-chefe mudou pouco e seu comportamento pode ser estudado à luz dos escritos de Giddens, que assevera seu espaço na nova agenda da ciência social preocupada com as duas esferas de transformação, diretamente relacionadas. Cada uma delas corresponde a processos de mudança que, embora tenham tido suas origens no início do desenvolvimento da modernidade, tornaram-se particularmente intensas na época atual: a difusão intensiva das instituições modernas, universalizadas por meio dos processos de globalização; os processos de mudança intencional, que podem ser conectados à radicalização da modernidade. Estes são processos de abandono, desincorporação e problematização da tradição.

Por outro lado, as mulheres da Região Metropolitana de Belo Horizonte vêm se liberando da necessidade da presença do companheiro para sobreviver a vida: tem aumentado sua escolaridade, tem estabelecido “redes de solidariedade econômica e afetiva” e tem melhorado, relativamente à tempos anteriores, o seu nível de renda, que sem dúvida continua ainda lamentável relativamente aos homens. Certamente, dados mais recentes atestam a persistência vigorosa da mulher na busca de acessos a posições sociais, econômicas e políticas, em amplo senso, posições estas defendidas com unhas e dentes pelos homens. Ou seja, a mulher aqui perfilada nos parece moldar-se ao agente histórico de Elias: orienta-se pela busca do equilíbrio e controle das relações entre pulsões e sentimentos.

Entretanto, todos os chefes de família alocados nos arranjos selecionados nos pareceu orientarem seus comportamentos (racionalidade) no nível de suas transmutações no agente investidor (*Illusio*), minimizador do custo e maximizador dos benefícios (interesses), com preferências determinadas e que joga perseguindo alvos reconhecidos (Bourdieu).. Por outro lado, todos os chefes de arranjos familiares parece terem se orientado segundo seu estoque de conhecimento prático que, segundo Giddens, é prático por natureza e é inerente à capacidade do indivíduo-agente de prosseguir no âmbito das rotinas práticas da vida social.

OBRAS CONSULTADAS

BILAC, Elisabete Dória. *Família: algumas inquietações*. In Carvalho, Maria do Carmo Brant.(Org.) **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo:EDUC/Cortez, 2000.

- _____ *Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil*. In: **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Vértice, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papyrus, 1997.
- _____ **O Poder Simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- _____ **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DURHAM, E.R. *Famílias e reprodução humana*. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1994.
- _____ **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar ed., 1990 .
- GOLDANI, Ana Maria. *Mulher, Família e Transição Demográfica*. In: **Censos, consensos e contra-sensos**. Belo Horizonte, ABEP/Fundação Ford, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____ **As Conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 1991.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 1978,1984, 1995.
- LASH, Scott. *A reflexividade e seus duplos: estrutura, estética, comunidade*. In: Giddens, A, Beck, U., e Lash, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Ed. Da Unesp, 1997
- SARTI, Cynthia A. *Família e individualidade: um problema moderno*. In Carvalho, Maria do Carmo Brant.(Org.) **A Família Contemporânea em Debate**. São Paulo:EDUC/Cortez, 2000.
- TOURAINÉ, Alan. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis:Vozes, 1994.